



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UAG**

**JUBERLÂNIA COSTA ARAUJO**

**A EXCLUSÃO DIGITAL E EDUCACIONAL BRASILEIRA NO PERÍODO  
PANDÊMICO**

**CAMPINA GRANDE-PB**  
**Mai de 2021**

**JUBERLÂNIA COSTA ARAUJO**

**A EXCLUSÃO DIGITAL E EDUCACIONAL BRASILEIRA NO PERÍODO  
PANDÊMICO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
(Artigo) Apresentado ao Curso de  
Geografia da Universidade Federal  
de Campina Grande, como requisito  
parcial à obtenção do título de  
graduada em Geografia.

**Orientadora: PROFA. DRA. SONIA MARIA DE LIRA**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**Mai de 2021**

**JUBERLÂNIA COSTA ARAUJO**

**A EXCLUSÃO DIGITAL E EDUCACIONAL BRASILEIRA NO PERÍODO  
PANDÊMICO**

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Sonia Maria de Lira (Orientadora)  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

---

Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz  
Examinador Interno (UFCG)

---

Profa. Me. Crisólogo Vieira de Souza  
Examinador Externo

**CAMPINA GRANDE-PB  
MAIO DE 2021**

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o acesso desigual tecnológico da população brasileira e as consequências desse processo no acesso às aulas, a partir do ensino remoto no período pandêmico. Assim, a pesquisa se utiliza da metodologia qualitativa e quantitativa, baseada em análise bibliográfica, usando autores que vêm trabalhando a temática da exclusão digital educacional e dados quantitativos. Nesta perspectiva, verificamos que as camadas populares da população não estão inseridas de forma ativa no processo informacional, havendo ausência de acesso a equipamentos digitais e conectividade, além de conhecimentos básicos para tal uso. Além disso, docentes e estudantes não estão universalmente familiarizados com a tecnologia como se era esperado para a garantia das aulas online, e isso também contribuiu para a intensificação do abandono escolar, demonstrando a necessidade de políticas públicas ativas, planejamento, recursos financeiros e qualificação para o uso das tecnologias digitais informacionais de maneira que possa contribuir para um desenvolvimento social menos desigual entre as classes, além da garantia do direito à educação.

**Palavras-chave:** Ensino remoto. Educação. Pandemia. Estudantes.

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze the inequalities in the access to digital technologies by Brazilian population, and the consequences to study accessibility, considering the remote schooling transition, promoted by the Pandemic containment measures. Meanwhile, this research utilized a qualitative methodology, based on a bibliographic analysis, and regarding authors that study the theme of digital exclusion in education. In that perspective, was verified that poor population are not actively integrated in the informational process, having absence of access to digital equipment and connectivity, also not having the basic knowledge of how to use such tools. Furthermore, students and teachers are not universally familiarized with the technologies, as it was expected to guarantee the effectiveness of remote classes, contributing to an intensification of school abandonment process, demonstrating the need for active public policies, strategies, financial support and qualification for the use of informational technologies in order to contribute for a social development with less inequalities between social classes, to guarantee the social right for education.

**Keywords: Remote teaching. Education. Pandemic. Students.**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	11
2.1 A exclusão digital das classes populares brasileiras.....	11
2.2 As tecnologias da informação no Brasil.....	13
<b>3. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	15
3.1 O acesso à educação no Brasil: um processo que se agrava na pandemia.....	15
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	23
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	25

## 1. INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto que diversas são as modificações que ocorrem no mundo, sejam elas, físicas, biológicas, culturais, financeiras, históricas, dentre outras, verificamos que no ano de 2019, o planeta foi acometido por uma grave alteração biológica, provocada pelo surgimento do Coronavírus (COVID - 19), trazendo diversas mudanças ao nosso cotidiano, afetando vários setores da vida em sociedade, dentre eles a educação, pois por tratar-se de uma doença contagiosa, houve uma readequação para o ensino remoto, mas com um grave processo de abandono escolar.

O distanciamento social adotado como medida de contenção ao vírus passou a utilizar recursos tecnológicos para o ensino remoto, sendo necessário que professores e alunos se adaptassem a esse modelo, porém o referido ensino agravou um cenário antigo da educação brasileira, a desigualdade no acesso digital e educacional com qualidade.

Por isso, neste trabalho, iremos fazer uma reflexão de como este contexto pandêmico impactou nas desigualdades educacionais já existentes, isto porque não garantiu a adesão necessária dos estudantes, principalmente pela ausência de aparelhos e conectividade para eles. Desta forma, esta pesquisa tem por objetivo analisar sobre o acesso desigual tecnológico da população brasileira e as consequências desse processo no acesso às aulas, a partir do ensino remoto no período pandêmico.

A pesquisa se justifica pela relevância do impacto da pandemia da COVID-19 no processo educacional, vivenciado por crianças e jovens através do ensino remoto implementado de forma emergencial que agravou as dificuldades de acesso ao ensino básico e superior da população brasileira.

Esta investigação baseia-se em um estudo bibliográfico, utilizando-se de autores que vem trabalhando a temática do acesso tecnológico pelas classes populares e da implementação do ensino remoto. Segundo Gil (2008):

A pesquisa bibliográfica permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (p.50).

A abordagem será de cunho qualitativo, tendo em vista seu auxílio na compreensão das relações entre os indivíduos e os contextos em que estão inseridos e suas ações, por isso conforme afirma Gerhardt e Silveira (2009, p. 33), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Contudo, também fizemos análises quantitativas de dados, a partir dos autores investigados.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes. Na primeira será discutido sobre a exclusão digital brasileira. Na segunda trataremos do abandono escolar no período pandêmico, ocasionado principalmente pelas desigualdades sociais e digitais.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 A exclusão digital das classes populares brasileiras**

O período pandêmico no Brasil vem evidenciando o tamanho dos prejuízos provocados pela falta de investimento na educação e no acesso aos bens básicos para a população, impactando na economia, pois não houve planejamento e investimento em políticas ativas para formação da sociedade. Seguimos de forma lenta, incluídos em um meio técnico-científico-informacional que ocorre de forma desigual, conforme pontua Santos (2006):

Praticamente inevitáveis, as tecnologias contemporâneas se tornam, também, irreversíveis. Mas, em termos... Sua irreversibilidade advém de sua factibilidade. Ainda que fosse possível abandonar algumas, técnicas como modo de fazer, permanecem aquelas que se impuseram como modo de ser, incorporadas à natureza e ao território, como paisagem artificial. Neste sentido elas são irreversíveis, na medida em que, em um primeiro momento, são um produto da história, e, em um segundo momento, elas são produtoras da história, já que diretamente participam desse processo. (p.118).

A tecnologia vem se desenvolvendo a cada ano, mudando a história e fazendo parte dela, pois altera as formas de comunicação, aprendizagem, cultura e desenvolvimento. Desse modo, na educação brasileira não é diferente, há necessidade de inserção de novas tecnologias, contudo, devido à falta de acesso a aparelhos e à internet que viabilizem o ensino e aprendizagem, assim como, instrução para utilização desses meios tecnológicos, verifica-se que milhares de



alunos interromperam seu processo de formação educacional, que já era precário anteriormente.

A desigualdade que caracteriza o acesso às tecnologias informacionais entre as populações das regiões, estados e cidades brasileiras confirma o quadro desigual de distribuição de renda, riqueza e acesso à educação entre estas populações, particularmente entre as populações pobres das regiões Norte e Nordeste. (GONÇALVES, 2013, p. 22)

Neste contexto, diante da urgência e necessidade do distanciamento social, as desigualdades das duas regiões mais pobres do país se ampliaram, porque o acesso à internet tem sido uma problemática para o desenvolvimento de algumas atividades, entre elas encontram-se as aulas online. Além disso, para tal ocorrência se faz necessário o uso de equipamentos como computador, tablet e celular entre outros, os quais a maioria dos nordestinos não os possuem individualmente.

E embora o Brasil tenha se incorporado aos processos tecnológicos mais amplos desde a década de 1930, continuaram havendo as disparidades regionais das classes populares em relação às mais abastadas financeiramente. A respeito disso Sousa (2017) pontua que:

A informática no Brasil iniciou-se quando a Internacional Business Machines (IBM), instalou sua primeira fábrica fora dos Estados Unidos da América sendo autorizada a operar no ano de 1939 no Rio de Janeiro. Naquela época as peças de fabricação eram importadas de países maiores, apenas grandes empresas e universidades tinham acesso à tecnologia computacional. (p.35)

Neste sentido, a informática era utilizada de forma restrita por instituições especializadas. Além disso, geograficamente nota-se que os brasileiros em seu papel como cidadãos não estão tendo os seus direitos constitucionais exercidos, tais como: educação, saúde, cultura, ciência e tecnologia, e comunicação social, tendo em vista que a falta de acesso às tecnologias digitais e à conectividade excluem parte da população ao acesso educacional.

A exclusão sócio-econômica desencadeia a exclusão digital, ao mesmo tempo que a exclusão digital aprofunda a exclusão sócio-econômica. A inclusão digital deveria ser fruto de uma política pública com destinação orçamentária a fim de que ações promovam a inclusão e equiparação de oportunidades a todos os cidadãos. Neste contexto, é preciso levar em conta indivíduos com baixa escolaridade, baixa renda, limitações físicas e etárias. (ALMEIDA, et al, 2005, p.5).

Se nas escolas públicas existem ausência de laboratório de informática e quando possuem não há um preparo suficiente para formação dos docentes e estudantes, a Educação à distância (EAD) ou o ensino remoto, no momento atual, traz um impasse na garantia de um ensino-aprendizagem de qualidade. Para Sousa (2017, p. 34), a falta de instrução tecnológica adequada desde os anos iniciais da vida escolar e a ausência de prioridade do ensino aprendizagem tecnológico contribui para o aumento crescente do analfabetismo digital. A inacessibilidade das tecnologias digitais é responsável por excluir as camadas populares da dinâmica tecnológica informacional, transformada constantemente, mas não adaptada socialmente aos indivíduos.

Um dos equipamentos mais presentes nas residências dos brasileiros é o celular, mas isto não garante inclusão digital. O estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017):

Aponta como principal ferramenta de acesso a internet no país o telefone móvel e o microcomputador. Em 98,7% dos domicílios em que havia utilização da Internet no País, o telefone móvel celular era utilizado para este fim em 2017, continuando a se aproximar da totalidade, visto que, em 2016, este percentual estava em 97,2%. Nos domicílios em que havia o uso da Internet também aumentou o percentual daqueles que utilizaram somente telefone móvel celular para acessar esta rede, que passou de 38,6%, em 2016, para 43,3%, em 2017. O sentido de crescimento ocorreu em todas as Grandes Regiões. (p.06).

No entanto, nos espaços domiciliares das classes populares nem todos os moradores possuem um celular. Às vezes, apenas um membro da família possui o aparelho. E isso dificulta muito a questão educacional, pois em muitos casos, vários irmãos dependem do mesmo aparelho para assistir as aulas remotas.

## **2.2 As tecnologias da informação no Brasil**

Vista como uma forma de aproximação dos indivíduos, as tecnologias da informação surgem como mediadora multifuncional, aplicada às demandas comerciais, educacionais e políticas, a fim de estabelecer uma ponte favorável à produção de consumo e saberes.

O estudo do Núcleo de Competitividade Global do IMD, escola de negócios da Suíça, avaliou 63 economias no mundo com base em três fatores: (i) Conhecimento – a capacidade de entender e aprender novas tecnologias; (ii) Tecnologia – a competência para desenvolver novas inovações digitais; e (iii)

Prontidão Futura – a preparação para os desenvolvimentos no futuro. O Brasil continuou em 57º lugar, melhorando apenas a sua capacidade de se preparar para o futuro. Portanto, repensar sobre o acesso às tecnologias e o entendimento de suas múltiplas funções é urgente em nosso país, conforme aponta os dados:

Enquanto mais de 90% das pessoas nas classes A e B são usuárias de internet, nas classes D e E apenas 42% estão conectados. Há diferença também entre áreas urbanas e rurais, por exemplo. Mais de 70% dos moradores das cidades fazem uso da internet, contra 44% nas áreas rurais. (IPEA, 2019, s.p.).<sup>1</sup>

A medida que as novas tecnologias se aprimoram para suprir as demandas cotidianas da sociedade, os indivíduos desprivilegiados encontram-se incluídos no grupo de analfabetos digitais, termo associado à dificuldade de ler e mexer nos equipamentos digitais.

A causa do analfabetismo tecnológico é associada à “exclusão digital”, denunciada em todo o mundo como a forma mais moderna de violência e modalidade sutil de manutenção e ampliação das desigualdades. Tal exclusão não se dá apenas no interior das classes sociais de um país, mas também entre nações e continentes. Os números são assustadores e os efeitos devastadores, não só no que diz respeito a fossos econômicos, como também, culturais. (MENEZES, 2001, s.p).

Democratizar o uso das tecnologias digitais é fornecer equipamentos às classes populares e instruí-las para realização das suas tarefas, proporcionando a estas evoluírem conforme a dinâmica cultural das tecnologias modernas. Pois, o que vivenciamos hoje, com a pandemia da COVID-19 na educação, é a ampliação da exclusão educacional.

Os problemas socioeconômicos e educacionais da sociedade Brasileira agravaram-se ainda mais durante a pandemia da COVID- 19, e famílias dos estudantes que obtinham renda de forma informal foram as mais prejudicadas, pois com as novas medidas de isolamento social para combater a transmissão do vírus, vários pais de famílias deixaram de ir à rua para desempenhar suas atividades rotineiras, encurtando o orçamento dessas famílias, o que por sua vez promoveu o abandono escolar e a vulnerabilidade do desemprego.

Frente aos ataques por parte desse inimigo contra a massa populacional, verifica-se que os “invisíveis”, os pobres e miseráveis, negados por um

---

<sup>1</sup> Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34796](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34796)

capitalismo sedento por lucro e incentivador do consumo sem limite, começaram a aparecer e “gritar o grito” dos silenciados, em virtude de estarem numa encruzilhada entre o emprego e a saúde, entre o morrer de fome ou morrer em decorrência de COVID-19. (OUTRAS PALAVRAS, 2020, n.p).<sup>2</sup>

Sobreviver diante dessa problemática da proliferação do vírus da Covid-19, nos faz repensar sobre a sagacidade do capitalismo excludente, que impossibilita a igualdade de classes sociais, retirando de uma maioria da população o direito à educação, à saúde e emprego.

Por isso, a seguir faremos algumas considerações sobre o abandono escolar proporcionado neste período pandêmico pelas desigualdades sociais já existentes.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 O acesso à educação no Brasil: um processo que se agrava na pandemia**

É um direito constitucional brasileiro que todos tenham direito à educação. No entanto, as classes populares não têm essa garantia com qualidade da mesma forma que as classes mais abastadas financeiramente. Segundo Saviani (2000):

[...] É papel da escola garantir o acesso ao conhecimento científico e erudito aos alunos das camadas populares, uma vez que o domínio desse conhecimento é condição de cidadania para essa parcela da população. A escola começa a suprir essa função social com o ingresso do aluno. (p. 13).

No entanto, não é necessário garantir apenas o acesso do estudante à escola, mas também a sua permanência com uma aprendizagem de qualidade. Com a implementação do ensino remoto, amplia-se a preocupação sobre a inclusão e garantia do acesso ao ensino e aprendizagem dos estudantes que, antes da pandemia já tinham dificuldades para desenvolver atividades que necessitavam do uso da internet, pois nem todos os alunos e escolas disponibilizam nos espaços domiciliares ou escolares o acesso à conectividade e aparelhos que viabilizem o acesso ao ensino.

As famílias das classes populares não possuem uma formação adequada para orientar seus filhos nas atividades escolares, pois parcela significativa da

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/pandemia-o-que-nos-ensina-o-olhar-de-milton-santos/>

população nordestina é de pessoas analfabetas, além daqueles que fazem parte do analfabetismo digital. Como também, grande parte destes pais e mães priorizam a busca da sobrevivência, afastando-se dos espaços domiciliares.

Além dos pais, os próprios estudantes também precisaram buscar a sobrevivência. Sendo assim, o abandono escolar ampliou-se consideravelmente. Destarte, gostaria de destacar a diferença entre evasão escolar, um problema antigo da educação brasileira e abandono escolar.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep (1998), o abandono escolar ocorre quando o aluno deixa de frequentar a escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto que na evasão escolar o aluno sai e não retorna às atividades escolares.

As políticas desenvolvidas pelas várias esferas governamentais neste período pandêmico para a educação passaram a contribuir para justificar e ampliar o abandono escolar já existente. Isto porquê:

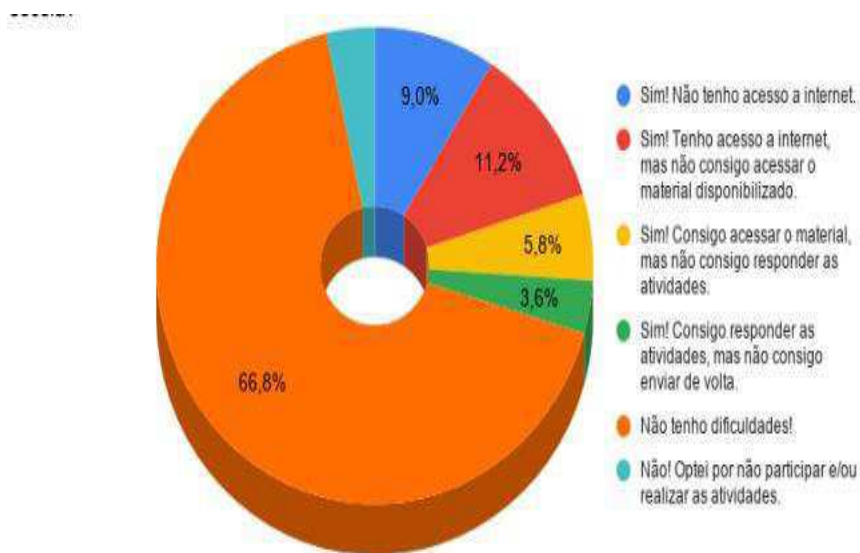
Quando governos municipais e estaduais lançam sobre suas redes de escolas os pacotes de ensino remoto que, como já vimos, deixam milhões de fora, seja por falta de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), seja por falta do básico para sobreviver, estão operando políticas públicas de exclusão. E quando educadoras(es), muitas vezes com boas intenções, apressam-se em justificar essas ações (“a educação não pode parar”; “depois socorremos os excluídos”), estão admitindo a “normalidade da exclusão”. Afinal, é isso mesmo, os excluídos sempre podem ficar para depois [...] (NASCIMENTO; SANTOS, 2020, p. 29).

Não adianta incluir medidas de apoio ao ensino se essas excluem parte significativa de uma população carente de recursos básicos para sobrevivência, pois o processo de inclusão torna-se eficaz quando atinge uma maioria.

Neste sentido, a adesão ao ensino remoto neste período pandêmico foi bem baixa, como é demonstrada na pesquisa sobre “A adesão dos alunos às atividades remotas durante a pandemia: realidades da educação física escolar”, em que foram aplicados 823 questionários em escolas públicas nordestinas de Ensino Fundamental e Médio do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, obtendo informação de 235 alunos, ou seja apenas 29% responderam. Indagamos se este percentual de respondentes já evidencia algumas das dificuldades no uso dos meios digitais.

Quando os pesquisadores questionaram se os estudantes tinham enfrentado alguma dificuldade no acesso ao conteúdo, disponibilizado pela escola nas aulas remotas, constataram as informações dos dados da Figura nº 01.

**Figura 1** – Alunos enfrentaram dificuldades nos conteúdos

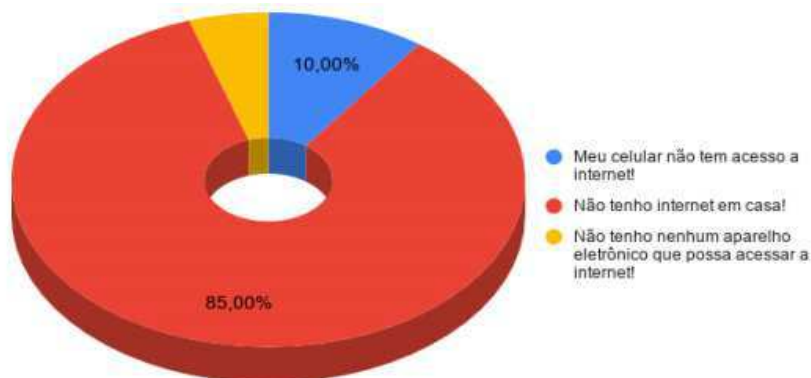


Fonte: SILVA, et al. (2020).

Apesar de mais da metade dos estudantes que participaram da pesquisa terem relatado não ter tido dificuldade para acessar as atividades, 9% se encaixam no processo de exclusão por não possuírem acesso à internet. Cerca de 11,22% enfrentaram dificuldades para acessar o material disponibilizado, o que demonstra falha quanto a utilização das plataformas utilizadas para o envio das atividades ou dificuldade de manuseio por parte dos alunos às plataformas.

Quanto ao questionamento sobre o acesso à internet foram ressaltados os dados da figura nº 02:

**Figura 2** – Motivos da falta de acessibilidade à internet



Fonte: SILVA, et al. (2020).

Estes dados demonstram um fato preocupante, pois 85,00% dos estudantes que participaram não dispõem do acesso à internet. Apesar da pesquisa não abordar o perfil socioeconômico dos estudantes é notório que essa é uma realidade das classes populares do Brasil, desprivilegiada de recursos essenciais para a vida enquanto cidadãos que deveriam ter este direito garantido.

Nas perguntas que colocavam os motivos dos estudantes não conseguirem acessar os materiais disponibilizados pelos docentes, apresentamos as seguintes informações, conforme a figura nº 03:

**Figura 3** – Acesso aos materiais disponibilizados pelos docentes

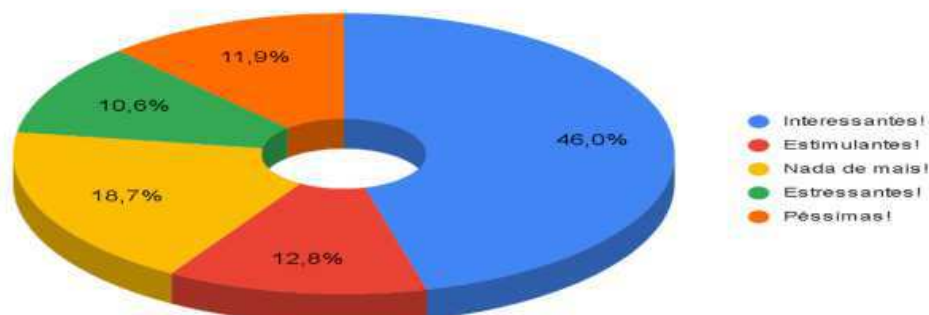


Fonte: SILVA, et al. (2020).

A falta de equipamentos que viabilizassem a execução das tarefas também se enquadra no processo de exclusão dos estudantes que, não compartilham de forma igualitária as atividades remotas solicitadas pelos professores, assim como os 32% representam a ausência de suporte por parte das instituições para orientar sobre o uso das plataformas escolhidas para o processo educacional. Além disso, os

pesquisadores solicitaram as opiniões dos estudantes quanto às aulas remotas e receberam as seguintes respostas percentualmente discriminadas na figura nº 04.

**Figura 4** – Opiniões dos estudantes quanto às aulas remotas



Fonte: SILVA, et al. (2020).

O fato de 48% acharem as aulas remotas interessantes permite pensá-las como uma ferramenta de apoio que pode ser útil também no período pós pandêmico, porém, com um maior planejamento a respeito das dificuldades de conectividade dos estudantes e do aproveitamento do uso da tecnologia como suporte ao ensino presencial, fortalecendo ideias e críticas da comunidade, escola e estudantes. Contudo, o ensino presencial não pode ser substituído plenamente pelo remoto, pois a aprendizagem exige as inter-relações sociais o que é penalizada no trabalho virtual.

Outra investigação desenvolvida por Myllena Camila da Silva Xavier, também em 2020, com treze professores da rede estadual do Ensino Médio, aponta como problema das aulas online: carga horária de trabalho exaustiva para os docentes, baixa frequência dos alunos nas aulas virtuais, a falta de ferramentas como computador, tablet ou celular, o não acesso à internet por parte dos(as) alunos(as). Nas palavras da autora:

Quando os(as) sujeitos(as) da pesquisa foram questionados(as) sobre os resultados desses métodos de ensinamentos à distância, se estariam sendo positivos para a aprendizagem dos(as) estudantes, cinco (05) docentes não concordaram, pelo fato de que parte dos(as) alunos(as) não possuem acesso às aulas virtuais, pela falta da presença do(a) professor(a) que para alguns(mas) alunos(as) é crucial, e pelo modelo de estudo se resumir ao envio de textos, atividades, vídeos e um momento para dar feedback na correção das atividades. (XAVIER, 2020, p.48).

O ensino remoto, portanto limitou-se apenas ao fato de garantir a permanência das aulas, com caráter excludente, desconsiderando os anseios que a



educação já apresentava com as aulas presenciais e que se agravaram na pandemia.

O ensino remoto utilizado durante o isolamento social mudou a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem, docentes e estudantes fizeram de seu lar uma sala de aula, em que apesar de existir um horário definido para início e término das aulas, outras ferramentas disponíveis como as redes sociais: Whatsapp, e-mail, Youtube, entre outras, serviram de suporte para compartilhamento de atividades e esclarecimentos, porém, esse foi um privilégio de poucos, o que provocou uma exclusão social digital, tendo em vista que uma minoria possuía acesso a essas ferramentas digitais. Além disso, ampliou a precarização do trabalho docente, com o aumento da carga horária de trabalho.

Ainda com base na pesquisa de XAVIER (2020, p. 58), um dos participantes, identificou que esse tipo de processo educacional enfatizava nos meses iniciais da pandemia os eixos transversais da educação, com carga horária diminuída do(a) aluno(a) e distribuição de cestas básicas de alimentos, para substituir a merenda, deixando de lado a real essência que é a aprendizagem dos(as) alunos(as) e a educação de excelência.

Quando o processo de educação limita-se a execução de atividades sem se preocupar com as limitações do método de ensino utilizado e seu alcance na comunidade escolar, temos a educação como mercadoria que poucos tem acesso e não como um direito da sociedade.

Embora a maior parte da bibliografia sobre exclusão digital produzida pelas organizações internacionais enfatize o potencial das TICs para reduzir a pobreza e a desigualdade, na prática a dinâmica social funciona em sentido inverso: aumentam a exclusão e as desigualdades sociais. A universalização do acesso é antes de tudo um instrumento para diminuir os danos sociais do ponto de vista da luta contra a desigualdade." (SORJ; GUEDES, 2005. Pag. 2)

É preciso mudar essa conjuntura de exclusão, principalmente no que tange ao desenvolvimento da educação para reduzir danos sociais futuros e contribuir para uma sociedade mais justa. A mudança no cenário educacional só será possível através de políticas que viabilizem a inclusão digital, garantindo o acesso à internet a todos os estudantes, seja este acesso na escola ou na residência dos alunos.

De acordo com o Datafolha (2021), 10,8% dos estudantes do Ensino Médio informaram ter abandonado os estudos. No ensino superior a taxa foi de 16,3%. O

abando escolar dobrou durante a pandemia e isso se deve às desigualdades sociais existentes.

**Figura 5** – Taxas de abandono por etapa de ensino em porcentagem

Total (de 6 a 34 anos)

8,4

Ensino fundamental

4,6

Ensino médio

10,8

Ensino superior

16,3

Pós-graduação

9,3

**4 milhões** de pessoas no total

Fonte: Datafolha (2021).

A respeito dos motivos que fizeram com que os estudantes abandonassem seus estudos, o Datafolha elencou três principais motivos que são evidenciados na figura a seguir:

**Figura 6** – Principais motivos de abandono

**Total de 6 a 34 anos, em %**

Questões financeiras

24

Ficou sem aula

22

Dificuldade com acesso remoto

20

Fonte: Datafolha (2021).

Verificamos que as questões financeiras foram as prioritárias, mas seguidas pela ausência de aulas e a falta de conectividade, demonstrando as fragilidades sociais da nossa população e o desrespeito constitucional do direito à educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil sempre foi excludente, pois a falta de investimento necessário impossibilita a melhoria de qualidade dessa área. Desse modo, com a pandemia foi evidenciada a piora dessa realidade

A necessidade da introdução de tecnologias e acesso à internet em massa para os estudantes no Brasil, provocadas pela necessidade do isolamento social

para evitar o contágio do Coronavírus, aumentou as desigualdades, pois milhares de estudantes enfrentaram dificuldades para realizar seus estudos e abandonaram as salas de aulas virtuais, por diversas razões, dentre elas, por não possuírem acesso aos instrumentos e ferramentas necessárias para assistir as aulas e realizar suas atividades.

Sendo assim, evidencia-se que esse acesso ocorreu de maneira excludente, pois as camadas populares sem recursos para se inserir no meio técnico-informacional e pouco conhecimento sobre o uso das tecnologias, interromperam o processo educacional, agravando o abandono escolar e enfatizando uma realidade do analfabetismo digital.

Contudo, entendemos que a educação é o bem mais precioso de um país, pois é através dela que outros setores se desenvolvem, desse modo, aplicar com urgência medidas e políticas públicas para mitigar as desigualdades no acesso à tecnologia e informação se faz necessário e, temos sim, recursos disponíveis para isso, basta utilizar a ciência a nosso favor. Como sugestão a novas pesquisas, indicamos estudos sobre possíveis políticas a serem adotadas para mudar o cenário educacional precário em que vivemos.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL, país digital. **Ranking Global de Competitividade Digital, parceria do IMD com a Fundação Dom Cabral, mostra brasil estagnado na 57ª posição.** 2019. n.p Disponível em: <https://brasilpaisdigital.com.br/ranking-global-de-competitividade-digital-parceria-do-imd-com-a-fundacao-dom-cabral-mostra-brasil-estagnado-na-57a-posicao/>. Acesso em: 23 Maio 2021.

DINIZ, João Fábio; BARBOSA, Johnny Ribeiro. **Educação nos tempos de Coronavírus- ensino remoto, exclusão e as condições para uma aprendizagem significativa na era informacional.** Revista Educação Pública, v.21, nº 5, 2021, n.p. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/5/educacao-nos-tempos-de-coronavirus-r-ensino-remoto-exclusao-e-as-condicoes-para-uma-aprendizagem-significativa-na-era-informacional>. Acesso em: 20 Maio 2021.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. **Pandemia: o que nos ensina o olhar de Milton Santos,** 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/pandemia-o-que-nos-ensina-o-olhar-de-milton-santos/>. Acesso em: 18 Abr. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Metodologia de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 33.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 27.

GONÇALVES, Marcelo Coelho. **Exclusão digital na era da inclusão digital**. 2013, p.22. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9E9EHC/1/monografia\\_exclusao\\_digital\\_na\\_era\\_da\\_inclusao\\_digital\\_ufmg.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9E9EHC/1/monografia_exclusao_digital_na_era_da_inclusao_digital_ufmg.pdf)  
Acesso em: 24 Maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD. 2017. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf). Acesso em: 10 Maio 2021.

IPEA. **Internet no Brasil reproduz desigualdades do mundo real**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.10, jun. de 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34796](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34796)  
Acesso em: 22 Maio 2021.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbetes analfabetismo tecnológico: Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educa Brasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/analfabetismo-tecnologico/>. Acesso em: 22 maio 2021.

NASCIMENTO, Iracema Santos do; SANTOS, Patrícia Cerqueira dos. **A Normalidade da Desigualdade Social e da Exclusão Educacional no Brasil**. Caderno de Administração, Maringá, v.2 8, Ed.Esp., jun./2020, p.29. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/download/53834/751375150148/>  
Acesso: 11 Abr. 2021.

PINHEIRO, Bárbara. **A desigualdade no processo de ensino – aprendizagem em tempo de Coronavírus**. Disponível em: [https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuhrjerh2020/1600724332\\_ARQUIVO\\_85629fdbed740dd76c4f808a041cab27.pdf](https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuhrjerh2020/1600724332_ARQUIVO_85629fdbed740dd76c4f808a041cab27.pdf)  
Acesso em: 10 maio 2021.

SANTOS, Milton, 1926-2001 **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p.118.

SAVIANI, Demerval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 8 ed. São Paulo: Autores Associados, 2000, p.13.

SALDAÑA, Paul. **Cerca de 4 milhões abandonaram estudos na pandemia, diz pesquisa**. Folha de S. Paulo. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/01/cerca-de-4-milhoes-abandonaram-estudos-na-pandemia-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 21 Maio 2021.

SILVA, A. J. F. da; PEREIRA, B. K. M.; OLIVEIRA, J. A. M. de; SURDI, A. C.; ARAÚJO, A. C. de. **A adesão dos alunos às atividades remotas durante a pandemia: realidades da educação física escolar**. *Corpoconsciência, [S. l.]*, v. 24, n. 2, p. 57-70, 2020. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/10664>. Acesso em: 24 Maio 2021.

SOUSA, Antonio. **A informática e a exclusão digital**. 2. ed. -- Dourados, MS: edição do autor, 2017, p.35.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. **A Exclusão Digital: Problemas Conceituais, Evidências Empíricas, e Políticas Públicas**. CEBRAP, n 72. São Paulo: 2005, pag. 2

XAVIER, Milena Camila. **Ensino Remoto no Distanciamento Social: Percepções e Experiências Docentes no Período da Pandemia do covid-19**. Areia, 2020, p.48. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18241?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18241?locale=pt_BR) Acesso em: 14 Maio 2021.

#### ERRATA

ARAUJO, Juberlânia Costa. **A exclusão digital e educacional brasileira no período pandêmico**. 2021 . Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - curso de Geografia, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
19	1	48%	46%